

## **Vidas Represadas: Uma Análise Sócio Antropológica sobre o conflito armado e extrativismo no Cânion do Rio Cauca (Antioquia- Colômbia).<sup>1</sup>**

**Ángela Jasmín Fonseca Reyes (Doutoranda, PPGA/UFF-RJ)**

### **Resumo**

A proposta deste trabalho é refletir sobre os processos de organização social e política das comunidades ribeirinhas da região do Cânion do Cauca (Antioquia - Colômbia), diante dos impactos do conflito armado interno e a execução do projeto hidroelétrico Ituango-Pescadero, que pretende ser a maior barragem do país, em andamento desde o ano 2009.

Este documento recolhe alguns elementos do meu projeto de tese que surge do interesse em discutir sobre as contradições suscitadas pelo vertiginoso aumento das demandas energéticas planetárias, que por sua vez estimulam o crescimento de grandes projetos, como é a hidroelétrica em questão. Existem diferentes opções para produzir energia, porém, as alternativas prediletas dos últimos governos da Colômbia envolvem devastadores impactos ambientais e sociais, que afetam de diversas maneiras a vida das pessoas e do planeta, além de romperem as relações entre as comunidades e seus territórios.

Essas problemáticas evidenciam que o valor da vida, fica subordinado aos interesses econômicos, ainda mais, quando as populações desses territórios têm sido vítimas de múltiplas formas de violências exercidas por diferentes exércitos, legais ou ilegais, no contexto do conflito armado interno colombiano que continua vigente.

O rio Cauca, além de ser a principal fonte de sustento econômico da região do Cânion do Cauca é mais uma vítima do conflito armado, já que um grande número de pessoas assassinadas por diferentes atores armados, foram jogadas ao rio, e seus corpos ficaram nas profundezas do rio ou inumadas nas praias ribeirinhas, que posteriormente foram inundadas pela represa.

Segundo o Grupo de Memória Histórica esta recorrente prática de desaparecimento forçada, dificulta o processo de busca, identificação e entrega digna dos corpos. Também, atrapalha ainda mais o esclarecimento das condições nas quais aconteceram estes crimes e seus autores (2013).

**Palavras chave:** Barragem, Conflito armado, Movimento social

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020. Este documento aborda alguns elementos do trabalho de tese que me encontro elaborando no Doutorado do programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF)

## **Vidas represadas**

A implementação de grandes projetos suscita drásticas transformações na vida das pessoas e os ecossistemas a serem modificados, como a perda dos bens e meios de subsistência, a abrupta modificação ou destruição dos territórios, deslocamento compulsório, entre outros. No caso da Hidroelétrica Ituango-pescadero, estes impactos se tornam ainda mais problemáticos devido às tensões e dinâmicas geradas no contexto do conflito interno armado colombiano.

Centenas de vítimas da violência de diferentes grupos armados foram torturadas, assassinadas e desaparecidas nesta região, muitas delas foram enterradas em valas comuns ou jogadas nas águas do rio Cauca. Seguindo as suas tradições religiosas as comunidades ribeirinhas que achavam os corpos no rio costumavam sepultá-los nas praias ou nas proximidades, com o intuito de que em algum momento fossem achados pelos seus parentes, entretanto com a construção da represa aqueles lugares ficaram sepultados embaixo das águas do progresso.

Por mais de meio século diversos atores armados, legais ou ilegais, têm disputado violentamente os territórios do Noroeste antioqueño, onde a hidroelétrica está sendo construída. Nessa ordem, as comunidades da região que vivenciam a incerteza e terror da guerra que ainda continua, têm sido vitimadas também pela implementação do grande empreendimento e pela criminalização e descrédito, por parte das instituições do estado e as Empresas Públicas de Medellín (EPM), aos processos de organização e mobilização social e política que tem se consolidado do decorrer da implementação do megaprojeto.

Torres (2013), assinala que desde os anos 1960 diferentes consórcios de empresas de energia têm manifestado seus interesses na gestão de águas do Rio Cauca, em especial na região Noroeste de Antioquia que tem sido catalogada como uma região ideal para a implementação de centrais hidroelétricas, devido a suas condições geográficas e por ser uma área “praticamente inabitada”.

O Rio Cauca, ou Bredunco, como os povos indígenas costumavam chama-lo, constitui 5% do território nacional. Nasce no maciço colombiano no Departamento<sup>2</sup> do Cauca no Sudoeste do país e tem uma bacia hidrográfica de aproximadamente 63.300 Km<sup>2</sup>. Suas

---

<sup>2</sup> O território colombiano es dividido político administrativamente em departamentos, distritos, municípios e territórios indígenas.

águas douradas fluem dentre as cordilheiras central e ocidental ao longo de 1350 quilômetros, atravessando 150 municípios correspondentes a sete Departamentos, até alcançar o Departamento de Bolívar no Norte do país, onde se junta ao Rio Magdalena no seu percurso até o Oceano Atlântico, se constituindo como seu principal afluente e o segundo de maiores proporções do país (Corporación Autónoma Regional del Valle del Cauca y la Universidad del Valle, 2000).

Nos estudos de factibilidade e potencial energético elaborados por tais consórcios a região do Cânion do Cauca, no Noroeste antioqueño, aparece como uma zona estratégica porque conta com ladeiras profundas e estreitas ideais para conter as águas do rio, além de ser uma zona economicamente deprimida, com deficiente infraestrutura rodoviária, escassa produtividade agrícola ou ganadeira e baixa densidade populacional (2007, p. 1).

Sob esses argumentos planteados pelo consórcio, presidido pelas Empresas Públicas de Medellín (EPM), o Ministério de Ambiente considerou conveniente conceder a licença ambiental ao projeto hidroelétrico sem ter feito consulta popular. Igualmente, o Ministério de energia declarou como “utilidade pública e Interesse Social”, tanto o projeto quanto os territórios atingidos, o que exime o consórcio de realizar um diagnóstico ambiental de alternativas, pressupondo não ser necessário, visto que o empreendimento é um grande aporte que beneficiará a sociedade colombiana em geral.

Porém esta região se corresponde com uma paisagem de vertentes prolongadas, pendentes médias, altas e escarpadas, com proeminentes ameaças de movimentos em massa e instabilidade geológica, ampla e variada biodiversidade, que possui características bioclimáticas, com ecossistemas como bosque muito úmido pré montano, bosque pluvial montano baixo, bosque pluvial pré montano, bosque úmido tropical, entre outros (Corantioquia, 2007).

A suposta “vocaçãõ” regional para gerar energia hidroelétrica do Cânion do Cauca e os pretensos “benefícios” de Hidroituango, se tornam referentes para justificar os discursos da “geopolítica empresarial” (BRONZ, 2014), acionados sob o poder ideológico do desenvolvimento, que valoriza a exploração dos recursos naturais como única alternativa para gerar condições de vida digna para as comunidades que serão afetadas e classificadas arbitrariamente como socialmente deprimidas.

Hidroituango é a maior obra de infraestrutura que está sendo executada na Colômbia nos últimos anos. Segundo os dados do consórcio responsável pelo projeto, a represa terá 225 metros de altura sobre o Rio Cauca, terá uma capacidade de 20 milhões de metros cúbicos de volume e uma extensão de 79 quilômetros de comprimento por 560 metros de largura. Ao iniciar sua operação comercial, este megaprojeto pretende gerar 2.400 MW e 13.930 GWh de energia média anual, quer dizer 17% da demanda energética do país.

Os principais acionistas deste grande projeto são o Governo de Antioquia e as Empresas Públicas de Medellín (EPM), esta última também é a responsável por executar as obras deste *“proyecto concebido y desarrollado por la ingeniería antioqueña para toda Colombia [...] Una contribución al desarrollo local y regional: Un mejor futuro para los colombianos”* (HIDROELÉCTRICA ITUANGO, 2016).

Nesse sentido, podemos afirmar que a Sociedade Ituango se constitui como uma *consorciação* que, segundo Ribeiro (2005), articula vários grupos de poder com alcances sociais, políticos e econômicos. Este grande empreendimento energético faz parte de um projeto expansionista de ocupação territorial, que abre as possibilidades de implementar outros projetos extrativistas de mineração e agronegócio nessa região, promovidos por uma das maiores empresas do país e apoiado por instituições estatais e financiado pela banca internacional, que em nome do progresso e do bem-estar comum destroem os territórios de vivos e mortos.

Dentro desta lógica a diversidade cultural, as relações materiais e simbólicas das comunidades atingidas são anuladas, como menciona Zhouri (2008) em função de uma visão parcializada legitimada pela cientifização e a juridificação das políticas e impostas invocando um suposto bem-estar comum.

No site do consórcio se afirma que, o megaprojeto surge como uma iniciativa para contribuir no desenvolvimento local e regional, que pretende impulsionar a atividade econômica nos 12 municípios atingidos pelas obras do projeto, através de oportunidades de emprego, promovendo o turismo e especialmente *“reparando los impactos ambientales y sociales que pueda generar la construcción de la represa”*, embora, nem a EPM nem o consórcio, pretendam substituir ao Estado nas suas responsabilidades com o bem-estar social da comunidade.

Irremediavelmente a construção de um grande projeto como hidroituango tem suscitado *efeitos colaterais*, que conforme com o consórcio de geração Ituango e Epm, pretendem ser mitigados por meio de uma série de “*programas que tienen un claro enfoque en la responsabilidad social empresarial y sostenibilidad*” que não contemplam apenas a restituição ambiental e social, também incluem investimentos que pretendem potenciar a institucionalidade, a conectividade, o bem-estar social das comunidades que terão acesso a serviços públicos, educação, saúde, vivenda, projetos produtivos, planejamento e investimento participativo (HIDROELÉCTRICA ITUANGO, 2016).

Torres (2013) observa que tanto as características físicas, demográficas, sociais e ambientais da área de influência do projeto, como os principais elementos a serem afetados pela construção e operação da hidroelétrica, estão plenamente identificados nos estudos e planos de manejo, contudo, a valoração dos impactos e dos efeitos não contempla ações concretas para tratar ditas afetações.

Desde a retórica institucional tanto EPM quanto Hidroituango se posicionam como embaixadores do progresso sustentável com investimento social, que trabalham por executar um “projeto país” que pretende atender não apenas as demandas energéticas locais, mas também contribuir ao melhoramento do futuro da nação ampliando as possibilidades de competitividade e produtividade.

Ainda que as obras de infraestrutura rodoviária acrescentam as possibilidades de integração da região com os centros urbanos e aumentam as possibilidades de potenciar atividades econômicas como turismo, o projeto de desenvolvimento promovido por Hidroituango não significa uma transformação estrutural na distribuição do poder (RIBEIRO, 2005).

### **Rios de vida e morte**

Diante da iminente perda do território, do rio e das dinâmicas de vida, a inundação dos lugares de memória das vítimas do conflito armado, as comunidades de atingidos começaram a se articular em diversos coletivos e movimentos de pescadores, barequeros, arrieiros, agricultores, cozinheiras, donas de casa, comerciantes, mulheres, jovens, pequenos mineiros, entre outros, que desde 2009 confluem no Movimento Rios Vivos Antioquia, que reúne pessoas das sub-regiões de Occidente, Norte e Baixo Cauca Antioqueño.

Nesta confluência as comunidades têm acionado diversas estratégias para reclamar os seus direitos, em defesa do território, da água e da vida, pela transformação da política minero energética do país e principalmente para exigir verdade, justiça e reparação das vítimas do conflito armado e que se desmantele Hidroituango.

De acordo com o publicado no Blog do movimento a mobilização social é também uma oportunidade de se manter juntos e vivos, para continuar a busca dos seus mortos inundados pelo suposto progresso, para recuperar a liberdade de decidir sobre as suas vidas, corpos e territórios (MRV, 2016).

Isabel Cristina Zuleta (CCJ, 2020) porta-voz do Movimento Rios Vivos afirma que, o Cânion do Cauca é um território em disputa, nesse sentido as violências exercidas, tanto pelos paramilitares quanto pela represa, representam ameaças bastante similares que beneficiam aos mesmos atores e prejudicam as mesmas comunidades.

Conforme aponta o Centro de Investigación y Educación Popular (CINEP, 2004) na Colômbia os membros da oposição, os integrantes dos movimentos sociais, os defensores de direitos humanos, entre outros, têm sido alvo militar e paramilitar, pois são considerados como simpatizantes ou pertencentes à guerrilha, portanto, suas lutas, exigências e reclamações tendem a ser posicionadas pelos órgãos estatais e pela mídia como contrários à ordem.

Tomando como referência as narrativas acionadas a partir das campanhas de eleição popular e dos planos de desenvolvimento do atual governo colombiano, podemos perceber que fenômenos como narcotráfico, insurgência, terrorismo, rebelião, entre outros são considerados como inimigos internos que desestabilizam a ordem social e política do país, assim a guerra é colocada como um mal necessário para eliminar essas ameaças.

Pertencer ou liderar processos de organização e mobilização social, política ou ambiental neste país, representa um iminente risco de ameaças, perseguições, deslocamento forçado ou morte. Entre 2010 e 2017 foram assassinadas 155 lideranças sociais unicamente no Departamento de Antioquia. Entre 2013 e 2018 foram assassinados pelo menos seis líderes pertencentes ao Movimento Rios Vivos Antioquia, fatos que ainda permanecem impunes (HREV, 2018).

Além disso também foram sofridas violências como ameaças, perseguições, campanhas de criminalização e desprestígio, deslocamento forçado; a respeito os integrantes do movimento tem manifestado que:

Algunos decían que de todas maneras si nos quedábamos cayados también nos podían matar, que no hacer nada no era garantía de seguir vivos, pero hacerlo tampoco, que la vida en estas tierras siempre ha valido muy poco. Movimiento sirve para eso para que la vida valga algo (MRVA, 2017).

Fassin (2016) sublinha que, embora os sujeitos experimentem durante sua vida eventos extremos, dramáticos ou críticos, estes acionam sua capacidade de agência para lidar com as desgraças e assim continuar criando e recriando alternativas para lhe dar sentido a sua vida e fazer seu mundo vivível.

Apesar das violências exercidas por diversos atores armados e pelas empresas públicas de Medellín (EPM) as comunidades do Cânion do Cauca continuam fazendo suas vidas, tecendo relações com outras pessoas e com os territórios, lidando com suas tragédias cotidianas, sorteando as contingências, porque incluso imersas na sua dor as vítimas criam linguajes e metáforas que lhes permitem dizer de diversas formas o indizível (DAS, 2007).

Através das representações, que permeiam a mídia e as políticas de segurança, as demandas e lutas assumidas pelos coletivos aderidos a Rios Vivos são questionadas, partindo da ideia de que as comunidades não teriam motivos para se opor ao megaprojeto que simboliza o progresso e o crescimento da região. Neste cenário as comunidades de atingidos deixam de ser objeto da violência e tornam-se sujeitos da violência por reclamar seus direitos.

Dessa forma as comunidades que habitam esses territórios enfrentam no seu cotidiano múltiplas contradições e incertezas que derivam em múltiplas possibilidades, bem seja tentar se manter à margem das problemáticas, se aderir e engajar aos coletivos e movimentos, apoiar o grande projeto, entre outras.

Por outro lado, a criação da “Sociedad Promotora de la Hidroeléctrica Pescadero S.A”, coincide com o aumento da violência no Noroeste antioqueño, segundo a pesquisa Rutas del conflicto (2019) diferentes grupos armados como paramilitares, guerrilhas, bandas criminais e o próprio Estado têm disputado o controle desse território, dos cultivos ilícitos, das rotas do narcotráfico e das rendas ilegais de extorsões a população.

A partir dos dados da Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas, Torres (2018) destaca que no Cânion do Cauca acontecimentos como deslocamento

compulsório, assassinatos (seletivos e massacres), desapareções forçadas e execuções extrajudiciais aumentaram significativamente entre 1997 e 2012.

Por trás do barulho da guerra, Hidroituango se instalou cautelosamente nos territórios. Torres (2018) destaca que existe uma íntima relação entre a implementação do modelo extrativista e o aumento da violência no contexto do conflito armado político e social que persiste no país. Na região Noroeste de Antioquia, a guerra tem tido um papel preponderante não apenas nas disputas de poder pelo controle territorial, também tem funcionado como mecanismo de controle social e político. As vicissitudes da violência armada por muito tempo impediram que as comunidades se organizassem social e politicamente.

Nesse sentido, podemos afirmar que a guerra tem se constituído como uma estratégia de expropriação e disciplinamento das comunidades, que são ameaçadas por diversas violências exercidas por exércitos paramilitares que, por meio da força e o terror, impõem uma ordem totalizante, que reprime qualquer tipo de mobilização social e se apropria dos territórios que terminam sendo aproveitados para grandes empreendimentos.

Isabel Cristina Zuleta (CCJ, 2020), liderança do Movimento Rios Vivos afirma que o projeto paramilitar não é um ator contra insurgente, mas sim uma estratégia acionada desde as instituições do Estado e as grandes empresas para despejar e despojar as comunidades do seu território, usando mecanismos como a violência e o terror sobre as populações civis.

Isto tem beneficiado a implementação de projetos extrativistas, quer que seja hidroelétricos, mineiros, exploração de hidrocarbonetos e agroindústrias, além do controle dos mercados ilegais.

Grande parte da população do Cânion Cauca tem sofrido deslocamento forçado pelo menos uma vez na sua vida. No período compreendido entre 1997 e 2002 mais de vinte mil pessoas precisaram abandonar seus lares por conta da violência armada. Entre 2009 e 2010 ao redor de 2.700 pessoas que viviam na zona rural do município de Ituango foram deslocadas em razão da construção da hidroelétrica (UARIV, 2012).

O informe *Hidroituango: desaparecer a los desaparecidos* (2018), ressalta que as estatísticas de desapareção forçada na região atingida pela hidroelétrica não são exatas, pois existem pelo menos quatro entidades estatais responsáveis por esclarecer este tipo de crime que apresentam cifras divergentes, que oscilam entre 340 e 1029 pessoas, resultado de pelo menos 14 massacres entre os anos 1996 e 2009.



No informe se observa que diante das reiteradas denúncias e petições por parte dos integrantes do Movimento Rios Vivos, parlamentares nacionais e internacionais, membros da comunidade acadêmica, entre outros, Socya empresa gestora do projeto, as Empresas Públicas de Medellín – EPM e a Promotoria Geral da Nação, têm manifestado reiteradamente que tem se ocupado de realizar processos de busca dos corpos dos desaparecidos nas áreas de inundação da represa, e sem nenhum tipo de prova, têm afirmado que na área de enchimento já não tem mais corpos de desaparecidos.

Não obstante, integrantes do Observatório Comunitário para os Direitos Humanos do Norte, Bajo Cauca e Nudo de Paramillo, órgão de pesquisa da Rede de Organizações Sociais e Camponesas do Norte de Antioquia, asseguram que na zona de influência da represa aconteceram ao redor de 124 massacres e há pelo menos 2000 desaparecidos (2019c).

Podemos ver que a subnotificação é um dos principais obstáculos no processo de busca e esclarecimento dos crimes acontecidos no contexto do conflito armado, pois mesmo as entidades encarregadas de pesquisar estes crimes se baseiam em cifras divergentes que não se correspondem com as apresentadas pelas organizações sociais nos territórios.

Este fenômeno fica mais evidente e problemático com a inundação dos territórios onde dificilmente poderá se realizar um processo de busca rigoroso, as águas da represa inundaram os territórios, tiraram os meios de subsistência e trabalho das comunidades e desapareceram os desaparecidos.

### **Progresso para quem?**

Além de energia, o represamento das águas gera mudanças nas dinâmicas e fluxos do rio ocasionando problemáticas como erosão, mortandade de peixes e falta da água, também aumenta o risco de avalanches e deslizamentos, emissão de gases de efeito estufa, entre outras afetações ambientais. Adicionalmente as obras de infraestrutura do grande projeto requerem a implementação de obras complementares, tais como túneis, rodovias, acampamentos, entre outras, que também modificam a paisagem dos territórios intervindos.

Tanto as instituições governamentais quanto a EPM, principais acionistas de Hidroituango, o território é assumido como um recurso a ser explorado para gerar lucro. Nessa ordem, os programas de manejo de restituição dos médios físico e social, na área de influência do projeto, pretendem reparar os danos e compensar as comunidades atingidas

mediante compensações monetárias, ignorando as relações simbólicas que historicamente os habitantes da região têm estabelecido com seu território especialmente com o rio.

Mesmo que na publicidade e nos planos de manejo do projeto se afirme constantemente que Hidroituango contempla múltiplas estratégias de comunicação e participação cidadã, na prática estes canais de diálogo não têm sido estabelecidos.

A retórica institucional não se corresponde com a das comunidades, que não se sentem contempladas, nem os estudos nem os planos de compensação. Como destaca Ribeiro (2008), “participação e parceria tornam-se jargões da moda que não conseguem mascarar o fato de que todos, no drama desenvolvimentista, sabem onde se localiza o poder máximo nas tomadas de decisões” (p. 55).

Os municípios afetados por Hidroituango foram reconfigurados como espaços corporativos que, segundo Silveira, são territórios modificados para realizar megaprojetos, arguindo sua pertinência para o desenvolvimento econômico local, nacional e internacional sem contemplar as implicações que estes terão sobre as comunidades que historicamente tem morado nestas regiões (2007).

Segundo as comunidades afetadas devido aos grandes empreendimentos inconsultos e o conflito armado, que violentam as pessoas e ao território, o Rio tem mudado, e com ele o ambiente e todos os seres que dependem dele, inclusive os seres humanos. Antes da represa as praias do rio eram espaços de encontro, diálogo, trabalho e de diversão, ou seja, eram lugares antropológicos (AUGÉ, 1992).

Desde que o Rio está preso pelo muro da hidroelétrica, já não é o mesmo, tem um aspecto e cor diferente, as correntezas variam, não há mais peixe, isto obriga as pessoas a trabalharem em outras atividades ou a sair do território, assim as comunidades vão perdendo a conexão com o Rio, que parece já sem espírito. As pessoas deixam de perceber o rio quanto seu, também se perde a sensibilidade e a necessidade de cuidar dele. Isto não só prejudica o rio, também fragmenta a sociedade.

Escobar argumenta que, desde a retórica institucional do Estado e das corporações se impõem práticas e discursos que potenciam a exploração dos recursos naturais em prol do desenvolvimento (2007), assumindo o espaço como fonte de usufruto econômico, deslocando-o das populações que o habitam, ignorando as relações que as comunidades tecem com o território, cenário de sua história e sua cultura.

Seguindo o modelo de desenvolvimento neoliberal, o extrativismo se tornou um elemento significativo nas agendas econômicas de vários países latino-americanos, portanto, a gestão dos recursos hídricos se projeta a suprir as demandas energéticas regionais como parte das estratégias de crescimento e progresso econômico (Gómez et. al, 2014)

Nessa ordem os megaprojetos de extração de hidrocarbonetos, mineração ou de geração elétrica tem se tornado prioritários nas políticas públicas e nos planos de desenvolvimento implementados na Colômbia nos últimos 30 anos<sup>3</sup>.

Embora existam diversas opções para produzir energia, as alternativas mais utilizadas implicam devastadores impactos ambientais, sociais, políticos e culturais que, desde os discursos das empresas, os investidores e as instituições estatais são colocados como males necessários diante dos benefícios que se presume serão alcançados.

As noções de desenvolvimento e progresso acionadas pela empresa e as instituições governamentais, desempenham um papel preponderante nas contradições que se flagram neste contexto, apesar dos prejuízos que estes têm gerado, a represa se posiciona como a promessa de um futuro melhor, de estabilidade econômica e prosperidade social, mobilizada a partir da publicidade e ratificada pelas entidades estatais e da própria empresa.

Vale a pena ressaltar que, embora a barragem ameace as dinâmicas da vida e da convivência das comunidades e o território, também se constitui como uma opção temporal de emprego, dinamização econômica por causa das compras de terras e indenizações, que em muitas circunstâncias terminam envolvendo aos afetados no “regime discursivo” (ESCOBAR, 1995) do desenvolvimento.

De acordo com o mencionado podemos afirmar que Hidroituango não é apenas um projeto de produção energética, é “um projeto país” que encarna o discurso hegemônico do progresso, mediado por campos de poder, que se vale de diferentes capitais para ser compreendido e reconhecido como detentor do monopólio da definição legítima do real (BOURDIEU, 1998), apoiado por instituições públicas e privadas e a mídia nacional e internacional.

---

<sup>3</sup> Véase el plan nacional de desarrollo decretado en el actual gobierno de Colombia.  
<https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Prensa/Articulado-Plan-Nacional-de-Desarrollo-2018-2022-Pacto-por-Colombia-Pacto-por-la-Equidad.pdf>

## Referencias Bibliográficas

AUGÉ, M. **Los no lugares espacios del anonimato una antropología de la Sobre modernidad.** Barcelona: Gedisa, 1992.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer,** São Paulo: EDUSP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Outline of a theory of practice.** Cambridge, Cambridge University Press, ([1972] 1993).

BRONZ, D. O '**Estado não sou eu**'. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais. Campos, 14(1-2):3655. 2013.

BUTLER, J. **É possível viver uma vida boa em uma vida ruim?** In *Corpos em Aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Pp. 213- 244.

CASTILLEJO A. **Del ahogado el sombrero, a manera de manifiesto: esbozos para una crítica al discurso transicional.** Gramáticas de la (¿post?) violencia: identidades, guerras, cuerpos y fronteras, Vibrant v.15 n.3 2018.

CORPORACIÓN AUTÓNOMA REGIONAL DEL VALLE DEL CAUCA, & UNIVERSIDAD DEL VALLE. Proyecto de Modelación del Río Cauca. Fase 1. Caracterización del Río Cauca, 2000. Disponible en <http://www.cvc.gov.co/cvc/Mosaic/> acceso en jul. 22 de 2020.

CLASTRES, P. *La sociedad contra el Estado*, Madrid: La llevar-virus, 2010

COMISIÓN COLOMBIANA DE JURISTAS. **Sesión inaugural pública del Diplomado "Conflictos sobre la tierra y el territorio en Colombia"**, 14 de ago. 2020. Disponible en [https://www.youtube.com/watch?v=ojsxEX5JNZI&ab\\_channel=ColjuristasCCJ](https://www.youtube.com/watch?v=ojsxEX5JNZI&ab_channel=ColjuristasCCJ) Acceso ago. 2020.

CONSORCIO INTEGRAL. Estudio de Impacto Ambiental – Generalidades, 2007 disponible en: <https://www.epm.com.co/site/Portals/0/documentos/ituango/estudio-de-impacto-ambiental.pdf> Acceso 02 de abril de 2020

DAS, V. *The event and the everyday*. In *Life and Words. Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

ESCOBAR, A. **Cultura, ambiente y política en la antropología contemporánea.** Instituto Colombiano de Antropología Ministerio de Cultura. Bogotá: 1999

\_\_\_\_\_. **Encountering development: the making and unmaking of the Third World.** Princeton: Princeton University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. **La invención del tercer mundo**. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana. 2007

INSTITUTO DE ESTUDIOS PARA EL DESARROLLO Y LA PAZ (INDEPAZ). **Líderes sociales y defensores de derechos humanos asesinados en 2020**, c2019. disponible en <http://www.indepaz.org.co/paz-al-liderazgo-social/> Acceso 25 de ago. 2020

FASSIN, D. The Value of Life and the Worth of Lives In DAS, Veena e HAN, Clara (ed.) Living and dying in the contemporary world: a compendium. California: University of California Press, 2016.

GÓMEZ, A., WAGNER, L., TORRES, B., MARTÍN, F., & ROJAS, F. Resistencias sociales en contra de los megaproyectos hídricos en América Latina. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, (97), 75–96. 2014 DOI: <http://doi.org/10.18352/erlacs.9797>

GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA. **¡BASTA YA!** Colombia: Memorias de guerra y dignidad. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.

HUMAN RIGHTS EVERYWHERE (HREV). **Hidroituango: desaparecer a los desaparecidos**, 2018 disponible en: <http://www.movimientodevictimas.org/sites/default/files/Hidroituango%20desaparecer%20a%20los%20desaparecidos.pdf> Acceso 17 de abril de 2020.

MOVIMIENTO RÍOS VIVOS ANTIOQUIA. Brevísima historia de nuestra resistencia a Hidroituango, c2017 disponible en: <https://riosvivoscolombia.org/quienes-somos/brevisima-historia-de-nuestra-resistencia-a-hidroituango/> Acceso 18 de sep. de 2020

\_\_\_\_\_. Los riesgos que genera oponerse a la represa más grande de Colombia. c2015 <https://riosvivoscolombia.org/los-riesgos-que-genera-oponerse-a-la-represa-mas-grande-de-colombia/> Acceso julio 2020

RIBEIRO, G. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento**. In: SILVA, Kelly e SIMIÃO, Daniel. Timor Leste por trás do palco. Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: Ed. UFMG. Pp. 417-426. 2005

RUTAS DEL CONFLICTO. Desaparición forzada, tragedia compartida en el Cañón del Río Cauca. c2019 disponible en: <https://rutasdelconflicto.com/rios-vida-muerte/?q=desaparicion-forzada> Acceso julio 2020.

SILVEIRA, M. (2007). Los territorios corporativos de la globalización. *Geograficando*, 2007, año 3, no. 3, p. 13-26.

SOCIEDAD HIDROELÉCTRICA ITUANGO S.A. E.S.P - (EPM). Proyecto Hidroeléctrico Ituango, una contribución al desarrollo local y regional, un mejor futuro para los colombianos, c2016 disponible en: <https://www.hidroituango.com.co/> Acceso ago. 2020

TORRES, A. **Colombia Nunca Más Extractivismo – Graves violaciones a los derechos humanos Caso Hidroituango, una lucha por la memoria y contra la impunidad.** Corporación jurídica libertad, Medellín: 2018

TORRES, M. **Análisis de nuevas dinámicas territoriales por proyectos de infraestructura y su influencia en la generación de conflictos socio ambientales.** Caso de estudio: Hidroituango. 2013. 164. Tesis (Magister en Medio Ambiente y Desarrollo) - Facultad de Minas Departamento de Geociencias y Medio Ambiente, Universidad Nacional de Colombia, Medellín, 2013.

UNIDAD PARA LA ATENCIÓN Y REPARACIÓN INTEGRAL A LAS VÍCTIMAS. **Antioquia: informe departamental de hechos victimizantes a 2012**, 2012. Disponible en <http://rni.unidadvictimas.gov.co/sites/default/files/Documentos/Antioquia.pdf> Acceso julio 2020.

VILLALÓN, A. CABANILLAS, N. **Gramáticas de la (¿post?) violencia: identidades, guerras, cuerpos y fronteras.** *Vibrant* v.15 n.3 2018. *Vibrant* v.15 n.3 2018.

ZHOURI, A. **Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*** desafios para a governança ambiental. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2008, vol.23, n.68, pp.97-107. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300007>